ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 26 (VINTE E SEIS) DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das dezenove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, n° 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): João Paulo de Morais, José Maria Messias, Juscelino Tereza, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido. Em seguida, a Sra. Presidente solicita a Vereadora Liamara Pereira Castello Branco que proceda a leitura de um texto bíblico como de costume. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta todos os presentes, e agradece a presença de todos nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE,** e solicita ao Primeiro-Secretário, Sr. Pedro Sérgio Aparecido, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNÍCIPES:** Não há inscritos. Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os(a) Vereadores(a) Luiz Carlos Ribeiro, Lucas Guilherme da Silva, Liamara Pereira Castello Branco, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido. De uso da palavra o Vereador **Luiz Carlos Ribeiro diz:** Na semana passada, conversei com a vereadora Liamara e solicitei que fizesse um levantamento das contribuições enviadas por deputados para Cabo Verde. No entanto, tomei a liberdade de ampliar esse levantamento e incluir os valores destinados por todos os deputados. Solicito à presidência que publique esses números na página oficial da Câmara para que todos os cidadãos possam ter conhecimento dos valores recebidos. Muitas vezes, as informações são mencionadas durante a reunião, mas acabam passando despercebidas. Dessa forma, a transparência será garantida. Em relação às emendas parlamentares destinadas ao município, os valores recebidos a partir de 2021 são os seguintes: Deputado estadual Antônio Carlos Arantes: aproximadamente R$ 7.100.000,00; Deputado federal Lafayette Andrada: R$ 4.390.000,00; Deputado Carlos Meles: R$ 1.600.000,00; Deputado federal Emidinho Madeira: R$ 852.000; Deputado estadual Cássio Soares: R$ 300.000,00; Deputado federal Odair Cunha: R$ 550.000,00; Deputado estadual Ulisses Gomes: R$ 150.000,00; Deputado estadual Dr. Maurício: R$ 100.000,00; Deputado federal Renato Andrade: R$ 1.800.000; Senador Carlos Viana: R$ 200.000,00; Deputado estadual Fred Costa: R$ 60.000,00; Deputado federal Dimas Fabiano: R$ 850.000,00; Deputado estadual Miguel Ângelo: R$ 315.000,00; Bancada de Minas Gerais: R$ 210.000,00; Deputado Rodrigo Lopes: R$ 88.000,00. Solicito, com a permissão da presidência, que possamos abordar o que está acontecendo na cidade ao longo da reunião, permitindo que os vereadores se

manifestem conforme necessário. Caso seja possível, gostaria de utilizar a palavra neste momento para dar início a esse debate. A Vereadora **Maisa Renata BatistaGianini solicita um aparte e diz:** Gostaria de acrescentar uma informação sobre o deputado Nilton Cardoso Júnior, que é do meu partido. Ele enviou uma van para o município no valor de R$ 180.000,00 destinada à educação e ao esporte. Essa contribuição não foi mencionada anteriormente, então faço esse registro aqui. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva solicita um aparte e diz:** Gostaria de acrescentar uma informação sobre o deputado federal Dr. Frederico, que é meu representante. No ano passado, ele destinou R$ 168.000,00 sendo metade para a APAE e metade para o asilo. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Ah, vou pedir para complementar esse valor para que possamos divulgá-lo na nossa página. A Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco solicita um aparte e diz:** De onde tirou essas informações? O Vereador **Luiz Carlos diz:** Tirei essas informações com os dinheiros recebidos da prefeitura. O Vereador **Lucas diz:** Às vezes, estão os valores destinados só para a prefeitura, por isso que não aparecem as outras instituições. A Vereadora **Liamara diz:** Já que você quer os valores a partir de 2021, eu ia te passar um papel. Você pode conferir aí, por favor? Acho que o teu número tá errado. Você falou em oitocentos mil, mas aqui tá diferente: Quinhentos mil pro Hospital São Francisco, trezentos mil pra Prefeitura, já dá oitocentos mil. Depois tem: Lar Santo Antônio: 50 mil; APAE: 50 mil; Prefeitura – van escolar de 15 lugares: 265 mil; Lar dos Idosos: 100 mil; Associações: 110 mil; Lar Santo Antônio: 100 mil; APAE: 100 mil; Hospital São Francisco: 158.654 mil; Lar Santo Antônio (2024): 70 mil; APAE (2024): 70 mil; Acho que a tua conta tá um pouquinho diferente. Esses valores são a partir de. Se você for somar todos os valores que eu peguei a partir de 2021, dá R$ 2.886.000. Mas como você diz ter passado os valores a partir de 2021, essa soma de R$ 800.000 que falou aí não bate com os valores que me passaram. Tem uma indicação aqui: R$ 500.000 pra Associação e R$ 300.000 pra Prefeitura, que já dá R$ 800.000. Vou somar isso aqui, porque tá errado. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Quero falar sobre a colocação das aduelas na via que leva ao Centro de Eventos. A ponte antiga foi retirada, e as duelas estão sendo colocadas. Também tivemos um serviço de cascalhamento no campinho, indo em direção à Divisa Nova, até a ponte. O cascalhamento e patrolamento foram realizados até a ponte que faz divisa com Divisa Nova, e depois a obra seguirá por cima, sentido Capitães. Foi feito o patrolamento na região de São Boa Ventura, e depois seguirá sentido à Fazenda do Sr. Brechó, onde há produção de leite, passando pela casa dele e continuando até Santa Teresa, onde será realizado o cascalhamento dos pontos críticos nos morros da região. A ponte dos Capitães faz parte do projeto que votamos na semana passada e será votado amanhã na Câmara de Divisa Nova. A assinatura do convênio entre Divisa Nova, o prefeito José Luiz e o prefeito Cláudio será realizada na quarta-feira à tarde. Na semana passada, falei sobre os repasses para o hospital, que estava recebendo um valor mais alto. Foi acertado que o valor, que antes era R$ 215.000,00 passará a ser R$ 285.000,00. Esse pagamento será realizado após a assinatura do convênio. Além disso, os senhores já viram o ressonógrafo na praça da prefeitura. Ele funcionará de terça a sábado e zerará a fila de exames de ressonâncias, deixando pendentes apenas as ressonâncias que precisam de contraste. Outro ponto importante: estamos nos tornando

um exemplo para prefeitos e secretários da região de Curvelo, que fica acima de Belo Horizonte. No dia 1º de julho, representantes da região estarão aqui para entender o que o governo tem feito de diferente dos demais municípios. Destaco também a evolução do Hospital Municipal, que será um dos poucos da região a oferecer partos à população. Sabemos que isso tem um custo alto, mas acredito que os cidadãos são mais importantes do que qualquer questão financeira. O secretário de assistência social está acompanhando um jovem de 17 anos, que saiu de um abrigo e foi remanejado para Cabo Verde. Ele está alojado em um hotel da cidade, e o secretário tem garantido que ele vá à escola. Essa é uma demanda importante, pois esse jovem foi retirado do seio de sua família, e precisamos proporcionar a ele um acolhimento digno. Parabenizo o secretário por esse trabalho. Outra conquista veio por meio do secretário Ademir, que, por meio da Telemedicina, esteve em Franca e Ribeirão Preto e conseguiu novos equipamentos para o município: Router Mapa, Eletroencefalograma e, futuramente, Espirometria, que é um exame do pulmão. Esses serviços estarão disponíveis para a população a partir de junho. Por agora, acho que é só, presidente. Se os vereadores quiserem fazer algum comentário, fiquem à vontade. Você já somou, vereadora Lia? A Vereadora **Liamara diz:** O valor total é de R$ 1.873.000, e também recebi informações do Elias, assessor do deputado Emidinho Madeira. Já que vamos falar tudo junto, existem outros exames que foram feitos também. Elias me passou que 143 cirurgias foram realizadas no Hospital São Francisco de Cabo Verde, sendo: 110 para pacientes do município de Cabo Verde e 15 ou 16 para pacientes de Botelhos, mas feitas aqui em Cabo Verde. Essas cirurgias já foram realizadas e o valor correspondente já foi pago ao hospital. Além disso, o deputado vai destinar uma nova emenda para este ano, mas o valor ainda não foi divulgado. Já está confirmado que mais recursos virão para o hospital. A Vereadora **Maísa diz:** Vereador Luiz Carlos, nós vamos fazer o seguinte: Antes da divulgação, vamos buscar as informações com presteza, para que possamos publicar na página da Câmara com precisão. O que acontece é que, às vezes, os valores não foram destinados via Prefeitura, mas enviados diretamente. Por isso, os números podem não bater. Então, essa verificação é essencial. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Por causa da gestão plena, antes o recurso era encaminhado diretamente para o hospital. A gestão plena foi implementada há dois anos, então, antes disso, a verba entrava direto para o hospital. Agora, com esse modelo de gestão, os valores são enviados para a Prefeitura, que faz o repasse. A Vereadora **Liamara diz:** Mas vem pra prefeitura, né? O Vereador **Luiz Carlos diz:** Agora é, há dois anos não era. A Vereadora **Liamara diz:** Mas essa aqui, em 2023 e 2024 ainda não era gestão plena? O Vereador **Luiz Carlos diz:** Eu acho que a partir de 2024. A Vereadora **Maísa diz:** Pra gente divulgar para toda a população com presteza, então, primeiro a gente solicita na Prefeitura, confere os dados, faz os ajustes necessários e, depois, publica. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Como a senhora já notou, houve uma falha do deputado Nilton Cardoso. Acho que é importante fazer essa revisão. O Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** Na hora que falou do Adriano, que saiu do conforto da casa dele e está no hotel, quero dar os parabéns por acolher esse menino. Acho que nós também deveríamos começar a pensar na possibilidade de criar uma casa de menores. Não necessariamente agora, mas já podíamos discutir isso. Quando há um menor

infrator, ele precisa ir para uma cidade distante da família, o que dificulta tanto para os familiares visitarem quanto para a reabilitação da criança. Seria interessante montar um projeto social aqui em Cabo Verde. Não precisa ser imediato, mas poderíamos iniciar conversas com o prefeito e algum deputado, buscando apoio para viabilizar esse espaço. Esse tipo de iniciativa tem custo alto, pois precisa funcionar dia e noite. Atualmente, nenhuma cidade da região tem um local assim: Guaxupé não tem, Poços de Caldas não tem, Botelhos não tem. Se criássemos essa estrutura aqui, ela atenderia não só Cabo Verde, mas também as cidades vizinhas. Poderíamos até considerar um consórcio entre municípios, como funciona na AMOG, com todas as cidades contribuindo um pouco. Caso não seja viável em Cabo Verde, poderíamos instalar essa casa em Muzambinho, Botelhos ou outra cidade próxima, facilitando o acesso para as famílias. Acho que vale a pena começarmos a discutir essa ideia. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Boa coisa que o senhor tá falando. Acho que é muito interessante fazer um pedido. Até na hora do requerimento, se o senhor quiser formalizar esse pedido para o Executivo**,** seria uma iniciativa importante. Muito obrigado pela ajuda e colaboração! O Vereador **Pedro Sérgio Aparecido solicita um aparte e diz:** Sobre a questão dos cascalhamentos: estão fazendo tudo de uma vez ou estão paralisando para voltar depois? Ou estão pegando a estrada e finalizando ela completamente? Vereador **Luiz Carlos diz:** Esse serviço foi feito ali em São Boa Ventura, mas ainda falta uma parte. Vai voltar pra finalizar o trecho que ficou pra trás. Já o serviço realizado no campinho está pronto. O Vereador **Pedro Sérgio diz:** Acho que foi semana passada que você falou que a máquina esteve pro lado do Espírito Santo. Terminou tudo lá ou ainda falta alguma coisa? Vereador **Luiz Carlos diz:** Ainda falta um pedaço de cascalhamento lá perto do Guilherme Fileni, lá em cima. Também tem outro trecho que precisa ser feito na propriedade do João de Faria, chegando na propriedade do Benedito Martins. Mas já tem um agendamento para voltar pra lá. **O Vereador Lucas diz:** A Edileusa conseguiu móveis com o deputado Rodrigo Lopes. Além disso, ela mencionou que ele destinou três carros para Cabo Verde. Se não me engano, o senhor falou em R$88.000,00, mas provavelmente o valor foi maior. A gente pode apurar direitinho depois. Vereador **Luiz Carlos diz:** Então, aqui tá constando só um veículo. Acho que deveriam ser três. Pode ter acontecido igual ao que a vereadora Lia mencionou antes: o recurso foi para a Prefeitura, porque o Lar não recebe diretamente. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** tenho alguns assuntos para tratar aqui e tentarei ser breve. 1º – Resposta de um requerimento que me chamou atenção, referente a uma cobrança dos moradores do bairro São Judas Tadeu, especialmente dos meus vizinhos. Solicitei que fosse realizada a manutenção da calçada do antigo Poliesportivo Municipal, em frente à praça do bairro São Judas Tadeu. A resposta do Executivo foi a seguinte: "Estamos em fase final de elaboração do projeto para a construção de uma escola naquela localidade. Não é conveniente construir um passeio primeiro para depois fazer uma obra. A calçada será feita junto com a construção da escola." Sobre isso, é o seguinte: quem já viu a situação da calçada do antigo Poliesportivo, no São Judas, sabe o estado lamentável em que ela se encontra. Quando fiz o requerimento, apresentei imagens mostrando isso. Idosos precisam andar no meio da rua porque não conseguem andar na calçada. Se ocorrer um acidente no local, a responsabilidade será

da Prefeitura. A alegação de que a calçada só será feita depois da escola é absurda. Ainda nem sabem quando a obra será iniciada, pois precisa passar por licitação, que eu sei que não foi feita. Então fica a resposta do Executivo para os moradores do São Judas Tadeu. 2º – Um recado muito sério para quem depende da Secretaria de Saúde: Para evitar problemas como perda de agendamentos e exames, orientamos que, ao chegar na Secretaria de Saúde, coloquem o pedido médico em cima do balcão e registrem a entrega. A Secretaria não fornece protocolo, o que é um absurdo, já que se trata de um documento pessoal. A recomendação é: Filmar ou tirar foto do momento da entrega ou gravar a conversa com o funcionário – isso é permitido por lei. O STF já decidiu que gravações entre interlocutores são lícitas. Assim, se tiver algum problema com a documentação, haverá uma prova de que você entregou. Se um funcionário se sentir constrangido, isso não interfere na legalidade do ato. A jurisprudência é clara: no exercício da função pública, não há direito absoluto à imagem. O mesmo ocorre com policiais: qualquer pessoa pode filmar, gravar e tirar fotos deles em serviço. Caso algum funcionário tente impedir essa prática, os cidadãos têm o direito de acionar a Polícia Militar. 3º – Sobre o Projeto de Lei nº 2.328, encaminhado pela Prefeitura, referente ao Conselho de Habitação. Foi identificado um erro grotesco no texto: consta um representante da OAB – Subseção de Muzambinho. Trata-se de um erro de cópia e cola, que precisa ser corrigido na redação final. 4º – Repasse dos deputados, mencionado pelo vereador Luiz Carlos. Cada vereador está correndo atrás de seu deputado, o que é essencial para garantir recursos para o município. Aqueles que são da base do prefeito, como Antônio Carlos Arantes e Lafayette Andrada, têm obrigação de enviar mais recursos, já que contam com o apoio da gestão municipal. Independente disso, todos os deputados podem contribuir, e essa busca por emendas é fundamental para as instituições locais. 5º – Sobre a estrada que leva ao Centro de Eventos. Recebi um comentário em nossa live sobre a ponte, que será arrumada. Mas há uma reclamação constante sobre o Morro do Vitor Deco. Estive lá com o vereador Paulinho, onde gravamos um vídeo mostrando a situação. A Prefeitura passou apenas a patrol, mas isso não resolve. É necessário canalizar a água, ou o problema vai continuar. Todo ano, quando chega a época do Tempero Solidário, fazem ajustes pontuais. Isso fica feio para a Prefeitura, porque parece que só arrumam por causa do evento. O certo seria manutenção constante e um serviço definitivo para os moradores da região. 6º – Partos no Hospital Municipal. O senhor mencionou que o repasse de R$ 285.000,00 seria suficiente para manter os partos. Porém, segundo informações do Dr. Douglas, esse valor não será suficiente. O hospital precisa de R$ 325.000 para manter os partos no município. Ontem, o Dr. Douglas reuniu o corpo clínico e confirmou que, se o repasse ficar apenas em R$ 285.000, os partos não serão mantidos. Diante disso, é importante averiguar a situação para evitar que o serviço deixe de ser oferecido na cidade. A Vereadora **Liamara solicita um aparte e diz:** Então, na última reunião, quando as gestantes estavam aqui, o Luiz Carlos tranquilizou, disse que estava tudo certo, que estava encaminhando, que todos estavam muito sensibilizados e preocupados. Na reunião, você mencionou que o valor seria R$ 285.000,00. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Não, na semana passada mencionei que seriam R$ 260.000. A Vereadora **Liamara diz:** Porque eu conversei com a Luciana, e ela falou que, na gravação, você disse: R$

285.000. Eu falei R$ 285.000, e que chegar a R$ 325.000 seria mais fácil. Na quinta-feira, ela me mandou uma notícia dizendo que houve uma reunião com os médicos. A proposta que o Claudinho fez foi um repasse de 7% sobre R$ 225.000, o que resultou em R$ 241.000. Depois, ele ajustou para R$ 260.000. Mas quando a Luciana chegou com esse valor de R$ 260.000, não houve acordo. Hoje, ela me comentou que estava com o Dr. João, e que ia conversar com o Claudinho para tentar aumentar o valor. Então, agora, o valor definido é R$ 285.000. A Vereadora **Maísa solicita um aparte e diz:** Hoje, pensando e conversando sobre toda essa situação, liguei na contabilidade para fazer algumas contas. Também estou conversando com o prefeito para que a Câmara possa ajudar no valor que falta. Temos mulheres aqui nesta casa, e tenho certeza de que todos vocês vão apoiar essa iniciativa. O Eduardo ainda não me passou os valores da contabilidade, então não posso afirmar com certeza. Todos sabem que temos despesas fixas, mas o que faltar, vamos nos comprometer. Nosso objetivo é economizar e fazer um trabalho responsável na Câmara, para que esse dinheiro seja repassado ao Hospital São Francisco. Não podemos perder um hospital tão bem estruturado e tão importante, que tem servidores preparados para acolher as gestantes e aquelas que ainda vão engravidar. Então, vamos trabalhar dentro da Câmara para garantir esse apoio ao Hospital São Francisco. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Acho importante lembrar a vereadora Maísa e todos que estão nos assistindo que esses valores que nós, da Câmara, estamos destinando têm total viabilidade. O repasse será feito ao prefeito, e ele, por sua vez, repassará ao hospital. Nós não podemos enviar diretamente ao hospital, mas o Executivo tem esse papel de garantir que os recursos cheguem ao destino correto. Essa iniciativa é muito positiva, pois dá tempo para a emenda parlamentar do deputado Lafayette, no valor de R$ 500.000,00 a ser repassado diretamente pelo Deputado ao hospital e ajudar a solucionar essa questão financeira. Na semana passada, também falei sobre a equipe multidisciplinar que o hospital precisa para realizar os partos. É essencial que o Executivo busque parcerias com outros municípios, garantindo que esse custo não recaia apenas sobre Cabo Verde. A Vereadora **Maísa diz:** Antes de vir para a Câmara, já tinha ligado para o prefeito e conversado com ele. Já consegui enxergar uma solução antes mesmo de propagarmos essa questão. Nós fazemos o retorno para ele, ajustamos um acordo, ele aceita, e então viabilizamos a execução. O prefeito também está de acordo, garantindo esse apoio. Se necessário, gostaria de formalizar um convite a todos os vereadores, para fazermos uma visita à Câmara de Botelhos, no dia da reunião da Câmara. Sabemos que as gestantes de Botelhos utilizam bastante o nosso hospital, então essa visita seria uma oportunidade de fortalecer a parceria. Nós temos estrutura, enquanto Botelhos não tem. Queremos continuar atendendo toda a população, incluindo as gestantes de lá. Portanto, fica aqui o convite formal para que todos possamos ir a Botelhos, conversar com os vereadores de lá e encaminhar essa parceria para o Executivo. Sabemos que a reunião lá é no mesmo dia, mas podemos passar a nossa pra terça-feira. Vou entrar em contato com o presidente de lá, verificar a melhor data e repassar para todos os vereadores. Certo? O Vereador **Lucas diz:** Essa questão do repasse da Câmara para a Prefeitura, para que ela destine ao hospital, obriga o prefeito a fazer esse repasse ou não? Não obriga, certo? Então ele precisa dar a palavra dele com firmeza. O Vereador **Marcos Alexandre**

solicita um aparte e diz: Assim como a presidente Maísa mencionou, acho que essa é uma iniciativa justa. Poderíamos até redigir um ofício aqui na Câmara, direcionado ao prefeito de Botelhos. Isso porque muitos moradores de Botelhos, Palmeiral, Campestre e São Gonçalinho vêm para Cabo Verde em busca de atendimento hospitalar. Dessa forma, também seria interessante buscar apoio em Muzambinho e outras cidades da região, já que muitas pessoas desses municípios dão entrada no Hospital São Francisco. Seria um pedido para que essas cidades colaborassem na manutenção do hospital, algo que beneficiaria tanto Cabo Verde quanto os municípios vizinhos. O Vereador **Lucas diz:** Exatamente, vereador Marcos Alexandre. Aproveitando a sugestão do senhor e da presidente, vou além: acredito que o município de Cabo Verde deveria firmar um termo de cooperação ou um convênio com essas cidades. Na verdade, essas cidades deveriam estabelecer esse acordo conosco, pois os mais interessados são eles, já que utilizam o Hospital São Francisco. Esse termo de cooperação poderia viabilizar um repasse financeiro para Cabo Verde, garantindo que o hospital continue funcionando plenamente. Não é justo que nosso município passe por dificuldades, principalmente em relação à manutenção dos partos, enquanto essas cidades seguem utilizando nossos serviços sem contribuir financeiramente. Se conseguirmos chegar a um meio-termo, a um acordo financeiro, será benéfico para todos, fortalecendo ainda mais o atendimento hospitalar da região. O Vereador **Marcos Alexandre diz:** O pessoal de Divisa Nova também vem muito para cá. Eu estava no hospital com o Celino, e lá estava sendo internada uma gestante de Botelhos. Não a conheço, mas ela disse que é de Botelhos e mencionou que paga um plano do hospital para ter acesso ao benefício, algo que não existe em outras cidades. Ela estava sendo internada, coitada, então imaginem a situação. Acho que devemos priorizar a questão das gestantes e buscar soluções concretas para garantir esse atendimento. O Vereador **Lucas diz:** Por último, o senhor mencionou a situação do secretário de Assistência Social, Adriano Lange, sobre o acolhimento do menor. Ele está tomando conta desse menor e, pelo menos, assumiu a responsabilidade, o que é um ato nobre. Até onde sei, a instituição onde o menor estava seria fechada, e era necessário encontrar uma nova instituição. No entanto, isso não foi feito dentro do prazo, o que gerou essa situação. Houve uma desídia, e por isso chegamos a esse ponto. Se, por conta dessa desídia, ele tivesse delegado essa responsabilidade a qualquer servidor, seria algo muito grave. Felizmente, ele assumiu o compromisso de cuidar do menor, o que não é uma tarefa fácil. Isso representa uma responsabilidade enorme, mas agora o foco deve ser garantir que esse menor seja devidamente encaminhado. Afinal, não é adequado que ele fique em um hotel por tempo indeterminado. A Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco de uso da palavra diz:** Gostaria de falar a respeito da Festa de São Benedito, destacando o empenho da equipe na realização do evento, com inovação. Agora, como o bingo foi proibido, ficou difícil encontrar alternativas para manter a participação do público até mais tarde. Outra questão: como já esclarecemos sobre os partos, eu realmente tinha entendido o vereador Luiz Carlos, que mencionou o valor de R$ 285.000,00. Saí satisfeito, pois tudo já está sendo organizado. Está tudo encaminhado, então vamos tranquilizar as gestantes. Sobre outro ponto: naquele dia, você pediu apenas a relação do deputado Emidinho, e não entendi o motivo. Mas hoje teve o bom senso de

apresentar os dados de todos. Não sei se a intenção era gerar uma competição entre deputados, mas, como falamos, somos novatos e estamos buscando emendas parlamentares para o município. Já conseguimos algumas conquistas: Deputado Luizinho enviou R$ 150.000,00 no meu nome; Professor Cleiton deve encaminhar R$ 300.000,00 nesta semana; Deputado Emidinho também garantiu que enviará outra emenda ao hospital, e ainda vai anunciar o valor. Portanto, todas as emendas são importantes, independentemente da origem, pois ajudam o município e suas instituições. O Vereador **João Paulo de Morais solicita um aparte e diz:** Acho que o tratamento dos deputados que mandam verba para Cabo Verde deveria ser igual. Hoje, há muita diferença no tratamento de um deputado para outro. Por exemplo, a diferença entre Arantes e Luizinho é perceptível. Todos os deputados que contribuem para o município deveriam receber o mesmo tratamento. A Vereadora **Liamara diz:** Então, porque eu falo assim: Nós, por exemplo, fomos até Belo Horizonte buscar recursos. Já se passaram cerca de cinco meses desde que assumi o cargo de vereador. Para quem está começando, essa busca por recursos é difícil, principalmente porque, como dizem, somos oposição ao prefeito. Cada vereador está tentando conseguir verbas com diferentes deputados, porque, se dependermos apenas de um, ficamos reféns dessa escolha. Se esse deputado não se reelege, temos que correr atrás de outro deputado. Por isso, todas as emendas são bem-vindas, independentemente do partido ou do deputado que as encaminha. Não importa se o valor é R$ 100.000,00, R$ 1 milhão, R$ 2 milhões ou R$ 3 milhões, o importante é agradecer a todos os deputados que enviam recursos para Cabo Verde. Se começarmos a comparar os valores das emendas, corremos o risco de afastar o interesse dos deputados em destinar verbas para nós. O Vereador **Marcos Alexandre solicita um aparte e diz:** Esses valores também são destinados à cidade, mas não estamos falando sobre as cirurgias e transferências que os deputados ajudam a viabilizar. O deputado Emidinho Madeira apoia Poço Fundo, Alfenas, e diversas outras cidades com procedimentos médicos. Muitas das cirurgias são feitas fora de Cabo Verde, então esse dinheiro não vem diretamente para o município, mas é investido em locais onde os pacientes daqui recebem atendimento. Para onde esses recursos vão? Poço Fundo, Poços de Caldas, Alfenas, Passos, entre outras cidades. São valores maiores, porque englobam cirurgias complexas e tratamentos, como o de câncer, que levam muitos pacientes de Cabo Verde para Alfenas e Passos. Então, é importante destacar que esse dinheiro não é aplicado apenas na Prefeitura de Cabo Verde, mas em toda a região, garantindo assistência para a população local. A Vereadora **Liamara diz:** E tem muitas verbas que vêm para Cabo Verde através de convênios, e não exatamente como emendas parlamentares. Às vezes, consta a indicação de um deputado, mas, na verdade, o recurso vem por meio de convênios. Um exemplo disso são aqueles ônibus que estavam na praça, com o nome do Antônio Carlos Arantes. Pode ter sido uma indicação dele, mas, na realidade, foi um convênio da Secretaria da Educação. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Então, mas se não tivermos representantes, esses recursos não vêm, né? A Vereadora **Liamara diz:** Eu sei, mas muitos deputados fazem isso. Por exemplo, quando um carro ou uma verba chega a Cabo Verde por convênio, o deputado pode simplesmente colocar a indicação dele, mas o recurso já viria ao município de qualquer forma. Hoje, você trouxe todas as

emendas de todos os deputados, mas, na última reunião, você me pediu para apurar especificamente as verbas do deputado Emidinho. Isso deu a entender que você queria comparar as emendas dele com as suas. Mas agora você mudou o assunto e trouxe a relação de todos os deputados. Não foi isso? Você não perguntou apenas sobre o Emidinho para mim? Além disso, você não esperou eu apurar. Assim que chegou, já disse: "Ah, eu já fui lá e já apurei de todo mundo." Não estou te criticando por isso, apenas te explicando que, na reunião anterior, você me pediu para pegar os dados do deputado, mas não pediu para nenhum outro vereador. E hoje, você trouxe de todos os vereadores. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Acho que seria importante para todos ter mais clareza sobre esses repasses. Por isso, quando pedi ao presidente para colocar essas informações na página da Câmara, foi com a intenção de que todos possam ter ciência dos valores que cada deputado destina para Cabo Verde. Muitas pessoas acabam votando sem saber desses detalhes. Por exemplo, às vezes um deputado do norte de Minas recebe votos aqui, mas não destina recursos ao município, e, com isso, perdemos esses votos sem receber contrapartida. A Vereadora **Liamara diz:** É isso que eu estou falando. Temos que diversificar e buscar verbas de todos os deputados, porque não dá para depender de apenas um ou dois. Se um vereador se prende a um deputado estadual durante toda a gestão, pode acontecer de ele não se reeleger e aí teremos que correr atrás de outro. Sobre o Lafaiete, no outro dia eu te disse que não conhecia ele, e não foi uma crítica. Eu realmente não conhecia. Quando ele estiver por aqui, você pode me apresentar. Acho importante agradecer a todos os deputados que enviam recursos para Cabo Verde, porque não adianta focar em um só. Somos nove vereadores. Se cada um conseguir apoio de um deputado, podemos ter nove fontes de recursos para o município. Também queria parabenizar o pessoal pela estrada no Santa Luzia. O serviço ficou muito bom, e os moradores vieram me falar que ficou perfeito. Temos que agradecer quando um trabalho é bem feito. A Vereadora **Maísa solicita um aparte e diz:** Na hora dos requerimentos, proponho o envio de uma moção para a igreja, parabenizando todos os festeiros e organizadores da Festa de São Benedito. Foi uma festa muito gostosa, com um ambiente familiar e harmonioso, e, como já foi mencionado, houve uma maneira nova de trabalhar, mas sempre preservando a união das famílias, que é o que realmente importa. Em relação à questão dos deputados, acredito que nós, nove vereadores, estamos aqui para somar. Todas as verbas enviadas para o município precisam ser recebidas de coração aberto, pois, no fim, elas são destinadas à população. Então, todos aqueles deputados que vêm a Cabo Verde, quando o vereador Paulinho procura e pergunta se podemos recebê-los na Câmara, nossa postura tem sido receber com respeito e gratidão, independentemente do partido político. Como a vereadora Lia mencionou, precisamos agradecer todos que contribuem, pois essa casa sempre esteve de portas abertas para receber os deputados e discutir destinações de verbas para Cabo Verde. O Elcinho e o Antônio José podem confirmar que, na primeira vez que conheci o deputado Emidinho Madeira, fui muito bem recebida por ele. Desde então, ele sempre teve esse carinho de enviar recursos para o município. É essencial que a população acompanhe quais deputados estão enviando verbas para Cabo Verde e valorize aqueles que realmente contribuem. Muitas vezes, deputados aparecem perto das eleições, enviam uma verba pontual, mas depois

não destinam mais nada para o município. Falo isso por experiência própria: antes da eleição, procurei o deputado do meu partido, que enviou uma van no valor aproximado de R$ 180.000,00 mas, após isso, nunca mais encaminhou recursos. Por isso, devemos somar forças, garantir que esta Casa Legislativa esteja sempre aberta para todos que querem contribuir, e receber os deputados com gratidão e respeito. Esta Câmara não é minha, é nossa! Seu Paulinho, pode ter certeza de que prepararemos um café e receberemos cada um deles com o maior carinho, celebrando todas as verbas que forem organizadas para nosso município. Serão recebidos com um grande abraço e muitos aplausos! O Vereador **Lucas solicita um aparte e diz:** Sobre os recursos recebidos, quero destacar um ponto. Eu acho feio quando, por exemplo, chegam os ônibus e colocam faixa agradecendo o deputado Antônio Carlos Arantes. Tudo bem reconhecer a contribuição, mas e os outros recursos que os demais deputados enviaram? Tem pessoas da população que também receberam verbas destinadas por outros deputados. O Tonho Zé, Ana Paula, Elcinho já tiveram recursos enviados para suas áreas. Então, o agradecimento público deveria ser para todos os deputados que ajudam Cabo Verde, e não somente aqueles da base do prefeito. Não é porque um deputado está alinhado com o prefeito que ele deve receber mais reconhecimento do que os outros que também enviam verbas. Acho que o prefeito deveria rever essa postura e garantir que todos os parlamentares que contribuem sejam devidamente reconhecidos. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** Gostaria de parabenizar a Sra. Vaine do Jornal A Folha Regional pelo evento promovido em Muzambinho neste fim de semana. No sábado, foi comemorado o aniversário de 35 anos da Folha Regional, e o evento contou com a presença de muitos vereadores, prefeitos, assessores de deputados e empresários, incluindo representantes de Cabo Verde. O presidente Carlos Augusto, da Cooxupé, estava presente, assim como o vice-presidente e o deputado estadual Luizinho, que nos recebeu muito bem. A Vaine nos tratou com grande hospitalidade, e a festa foi excelente, de alta qualidade. Quero deixar meus parabéns pelo evento organizado pela Folha Regional. Foi minha primeira participação, e pude presenciar um evento muito bonito e prestigiado. Além da atenção que ela nos deu, o pessoal do Cabo Verde e o vice-prefeito também estiveram presentes, sempre nos acompanhando na mesa e demonstrando grande consideração. Fomos muito bem tratados, e isso é algo que merece destaque. Receber um convite e chegar ao evento sendo bem recebido faz toda a diferença. Esse cuidado e atenção são o mais importante. O Vereador **Pedro Sérgio solicita um aparte e diz:** Nós estivemos juntos no evento, e como o senhor mencionou, havia diversas pessoas presentes. O deputado estadual Luizinho estava lá, assim como o assessor do deputado Miguel Ângelo, o Jota Maria, de Muzambinho. Também estava presente o Carlos Meles, que acredito ter sido homenageado no evento. Foi uma festa muito bem organizada, celebrando os 35 anos da Folha Regional, e tudo foi conduzido de maneira excelente. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido diz:** Observando a discussão sobre os deputados, acho que precisamos mudar a forma como tratamos esse assunto. Eu sempre fui contra a falta de divulgação e acredito que deve ser compartilhado com a população, independente de qual deputado esteja enviando verbas para Cabo Verde. Se voltarmos dez anos atrás, quando o município tinha outro prefeito, era comum o deputado Antônio Carlos enviar recursos,

mas isso nunca era mencionado na Câmara. Isso não é uma defesa direta a ele, porque o mesmo acontecia com Emidinho, que também enviava verbas, mas ninguém falava sobre isso. Nos últimos anos, isso mudou, e agora os nomes de Emidinho e Antônio Carlos são citados com mais frequência, assim como os deputados federais e estaduais, como Dr. Frederico e Luizinho. Por isso, acredito que devemos mudar essa mentalidade. A população precisa saber quem realmente envia verbas para nós e entender o papel desses deputados no desenvolvimento do município. Um exemplo que me chamou atenção foi na última eleição, quando o deputado Nicolas Ferreira recebeu 600 votos em Cabo Verde. E vocês podem até duvidar, mas ele esteve em São Bartolomeu, visitou a Claudete, fez uma visita particular e foi embora, sem nem ao menos procurar o prefeito para entender quais eram as necessidades do município. Foi uma visita sem transparência, sem comunicação com os representantes do distrito, e isso mostra como nem todos os deputados que recebem votos estão realmente comprometidos com a cidade. Por isso, reforço a necessidade de divulgar as informações de forma oficial, não só na página da Câmara, mas também na página da Prefeitura, para acabar com a falta de conhecimento da população sobre quem realmente contribui com Cabo Verde. A política acontece, mas não acaba, e as rivalidades continuam. Precisamos entender que, desde o momento em que somos eleitos, estamos aqui para representar o povo, independente de partido ou das disputas eleitorais. Então, deixemos as diferenças de lado e foquemos no que realmente importa: o bem do município e da sua população. O Vereador **Lucas solicita um aparte e diz:** Concordo plenamente com sua fala sobre o deputado Nicolas Ferreira. Um exemplo claro é o Dr. Frederico, que foi o deputado que trouxe para Cabo Verde. Ele não teve um voto sequer aqui, mas me atendeu durante a pré-campanha, sem saber se eu venceria a eleição ou não, e agora continua firme comigo. Já o Nicolas, que foi majoritário em vários lugares, teve muitos votos em Minas Gerais, mas a questão é que grandes figuras da política, como para presidente ou governador, fazem sentido em eleições. Para deputado, no entanto, é preciso pensar diferente. Durante minha trajetória na Polícia Militar, eu recebia muitas críticas, principalmente porque não apoiei nenhum deputado militar, mesmo sendo procurado por vários. Mas eu sempre disse que precisamos pensar em qual deputado realmente atende à realidade do município. Eu não sou vereador da Polícia Militar, sou vereador de Cabo Verde, e minha responsabilidade é buscar recursos para o município. O Nicolas, por exemplo, teve votos em todo o estado. Mas como ele vai conseguir atender 853 municípios? É impossível atender tudo. A Luciana do hospital comentou que ele enviou uma verba para o hospital, algo que me surpreendeu. Foi um valor pequeno, mas, ainda assim, mandou. Então, concordo plenamente com sua última fala. Na época da campanha eleitoral, todos estavam buscando votos e disputando espaço. É natural, ninguém entra em uma eleição querendo perder. Mas agora, como o senhor mencionou, o nosso trabalho é para o povo, que vai nos julgar daqui quatro anos para decidir se merecemos ou não continuar na política. Por isso, mantenho muita cautela e recomendo o mesmo aos colegas. Não devemos defender o prefeito cegamente, pois há acertos e erros na administração municipal. Nossa prioridade deve ser o povo, e é isso que precisamos defender. O Vereador **Pedro Sérgio diz:** E, desde já, deixo minha disposição: Se

houver qualquer deputado presente em Cabo Verde, podem me convidar, estarei presente. Assim como já estive em eventos com: Professor Cleiton, Emidinho Madeira, Antônio Carlos, Odair Cunha. Se algum desses deputados vier à cidade, podem me chamar, estarei lá. O Vereador **João Paulo solicita um aparte e diz:** O Ulisses veio um dia para inaugurar o asfalto ali no Chapadão. Ele convidou o prefeito e a Câmara de Vereadores, mas nenhum representante compareceu. Ele esteve lá e tirou uma foto no local, mas não havia ninguém da Câmara presente. O Claudinho justificou sua ausência, dizendo que precisaria viajar e, por isso, não pôde comparecer. A Vereadora **Maísa diz:** Esse convite acho que não chegou aqui, seu Paulinho. Não me lembro de nenhum convite ter sido enviado à Câmara de Vereadores. O Vereador **Marcos Alexandre solicita um aparte e diz:** Como falei na outra reunião, acredito que os deputados que destinam recursos para a cidade, independentemente de lado político, devem ser recebidos de braços abertos. A comunidade, tanto de Cabo Verde quanto de Botelhos e região, usa muito o nosso hospital e outros serviços municipais. É fundamental que todos saibam quem são os deputados que estão investindo dinheiro aqui. Como o presidente mencionou, às vezes as pessoas votam em alguém que está longe, sem qualquer vínculo com o município, enquanto os deputados que realmente ajudam acabam não recebendo esse apoio eleitoral. Por isso, é importante que a população reconheça e vote naqueles que contribuem para o município. Vamos apoiar os deputados que enviam recursos para Cabo Verde, porque, sem essa mobilização, fica difícil para eles manterem esse suporte. Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA.** Consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. Na sequência a Sra. Presidente encaminha o Projeto de Resolução nº 06/2025 que, **APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021.** Projeto de Lei n º 2.329/2025 que, **CRIA A POLÍTICA E OS COMPONENTES DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE CABO VERDE, ESTADO DE MINAS GERAIS, DEFINE OS PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, as Comissões de Legislação, Justiça, Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Pareceres e votação. Em seguida, passa-se a solicitação de envio dos Requerimentos pelos Senhores Vereadores(as). A Sra. Presidente indaga se algum Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva requer o que segue: a)** Requer informações da COPASA sobre a construção da Estação de tratamentos de Esgotos no Distrito de Serra dos Lemes, para que os resíduos de esgotos das residências do Distrito sejam devidamente destinados ao local apropriado, deixando assim, de serem descartados no ribeirão, prática esta que polui de forma desastrosa a natureza. Outro problema preocupante, são os resíduos de esgotos que correm a céu aberto pelas ruas do Loteamento São Francisco causando mau cheiro, proliferação de moscas e incômodo a toda população. Assim, pede

providências urgentes quanto a resolução destes problemas. Explica que a COPASA já esteve lá, iniciou a obra e o projeto, com previsão de passagem da rede de esgoto por uma propriedade que pertence ao meu irmão. Inicialmente, ele pediu uma mudança no projeto, para evitar a necessidade de remover pés de café. A COPASA informou que poderia alterar, mas isso levaria de cinco a seis anos para ser completamente refeito. No entanto, se mantivesse o projeto original, a execução seria imediata, então meu irmão concordou em manter o plano inicial. Porém, desde então, a COPASA sumiu. Não responde às ligações nem às mensagens, e a situação continua sem solução. A falta de tratamento de esgoto está causando problemas ambientais e de saúde, com canos antigos estourando, causando mau cheiro e prejudicando até os animais. No Bairro São Francisco, os moradores precisam despejar esgoto e água de chuveiro e pia a céu aberto, pois não há estrutura adequada. Recentemente, até fizeram uma limpeza na fossa, mas isso não será suficiente por muito tempo. Cada vez que parece que a situação vai melhorar, a COPASA desaparece novamente. Eles precisam fornecer uma resposta urgente sobre o que será feito em relação ao esgoto da Serra dos Lemes, porque a comunidade aguarda há anos uma solução. A empresa chegou à Serra em 2012, e havia um prazo final para concluir as obras até 2017. Desde então, entraram e saíram prefeitos, mas nenhum cobrou a COPASA efetivamente. Agora, estamos em 2025, e o problema segue sem solução. Isso não é um trabalho que se resolve do dia para a noite, mas a empresa não mostra interesse em resolver. Além disso, a propriedade onde o esgoto deveria passar ainda pertence ao meu irmão, mas ele considera vendê-la. Se isso acontecer, outro proprietário pode não permitir a obra, forçando a mudança do projeto e um novo atraso. Por isso, solicito o envio desse ofício ao Marcelo da COPASA, para que ele encaminhe essa demanda para seus superiores, garantindo uma solução para esse grave problema de infraestrutura. Esperamos uma resposta rápida da COPASA sobre as medidas a serem tomadas. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido requer o que segue: a)** Requer informações sobre a realização de convênio com clínica de reabilitação visual, pois pessoas de nosso Município precisam desta prestação de serviço. É o caso dos Senhores: Marcelo Silvério (Telo) e José de Fátima (ex Servidor da COPASA), que estão esperando há anos por este atendimento especializado sem nenhuma resposta concreta da Secretaria da Saúde, lembrando que o Secretário havia se comprometido em buscar a efetivação deste convênio. Diz que já fez anteriormente, ainda no meu primeiro mandato. Solicitei ao secretário de Saúde que estudasse a possibilidade de viabilizar a reabilitação do Zé da COPASA e do Marcelo Silvério, de São Bartolomeu, em Poços de Caldas. Na ocasião, foi informado que precisava haver um contrato para viabilizar esse atendimento. Senhora presidente, acredito que a senhora também tenha feito esse requerimento. Agora, quero saber por que até hoje esse contrato não foi firmado com o centro de reabilitação, impedindo que eles recebam o atendimento necessário. Ambos já me procuraram novamente, pois ainda aguardam uma resposta. Inclusive, fiz esse questionamento ao Ademir, que disse que daria um retorno, mas até agora nada foi resolvido. Portanto, quero refazer esse requerimento para que o secretário de Saúde estude essa questão com atenção e analise a viabilidade de um convênio com o centro de reabilitação em Poços de Caldas. A Vereadora Maísa **solicita um aparte e diz:** Na última legislatura, já foi enviado um

pré-projeto para análise, detalhando onde seria o centro de reabilitação e toda a estrutura necessária. Se o senhor permitir, gostaria que meu nome fosse incluído junto com o senhor nesse requerimento. **b)** Requer que a modelo do quebra-molas construído na saída do Bairro Chapadão sentido estrada rural, também sejam construídos alguns quebra molas nas ruas do Distrito de São Bartolomeu de Minas. Que a Prefeitura verifique os pontos mais necessários para esta instalação, este Vereador se coloca a disposição para acompanhar esta verificação, pois reside no local e tem conhecimento dos problemas diários que acontecem por conta de veículos que transitam pelas ruas em alta velocidade. Não sei se vocês passaram pelos Coelhos na saída do Chapadão, mas instalaram um quebra-molas lá. No dia que passei, ainda não estava pintado, mas agora já está com a sinalização completa, bem feito. Passei lá e meu carro quase voou lá embaixo, porque não esperava o quebra-molas. O primeiro pedido de quebra-molas que fiz aqui na Câmara foi a pedido do morador Antônio José, para a Rua Rio de Janeiro, e até hoje parece que ainda não foi instalado. Então, já que a Prefeitura fez esse quebra-molas, que ficou muito bom, acho que poderia estudar pontos estratégicos para instalar outros, não só na cidade, mas também no Distrito de São Bartolomeu de Minas e na Serra dos Lemes. Os quebra-molas da Serra, segundo o Jacaré, foram feitos pela Prefeitura na época, e ficaram muito bons. Por isso, peço que sejam estudados pontos adequados para novas instalações. Luiz Carlos, seria interessante você conversar com o Claudinho sobre isso e verificar os locais indicados em São Bartolomeu, já que o pessoal já fez esse pedido, tanto para mim quanto para o Celino. Então, que seja feito esse estudo dos pontos mais necessários. De uso da palavra o Vereador **Luiz Carlos Ribeiro requer o que segue: a)** Requer que sejam aproveitados os calceteiros contratados pela Prefeitura, para uma realização de reparos nos calçamentos de todas ruas dos Bairros de nossa Cidade, pois há buracos nos bloquetes ou paralelepípedos soltos em trechos de ruas de toda cidade e estes reparos são mais que necessários para que o problema não aumente com o passar do tempo. Eles já realizaram o serviço na Rua da Nova Cabo Verde, e há diversos pontos onde os paralelepípedos precisam de reparo. Um exemplo é a Rua da Assembleia de Deus, Hernani Ornelas, além de várias outras ruas da cidade que necessitam de manutenção. Já que esses profissionais estão fazendo serviços de calçamento, seria válido aproveitar a equipe para realizar essas correções nas vias. A Vereadora **Maísa solicita um aparte e diz:** Outro local que precisa urgentemente de calceteiros é a rua perto da sua casa, onde Alice e Nego tinham aquela residência, ali próximo ao São Judas. Eu não lembro o nome da rua ao certo. Quando fazemos aquela curva, na Rua São Marcos, o estado da via está bem ruim. Hoje, quem mora ali são Simone e Cirilo, e a Beta e o Juninho também moraram naquela casa por muito tempo. Bem em frente, há duas casas do Nego da Licélia, e aquela região precisa de uma atenção especial, pois o calçamento está muito comprometido. Seria importante incluir esse trecho na lista de reparos. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Na verdade, acho que esse serviço deveria ser realizado em toda a cidade. Há vários pontos onde há necessidade de reparos, não apenas na Rua Hernani Ornelas, que citei como exemplo, mas em diversas outras vias. Além das áreas com paralelepípedos danificados, também há locais que precisam de manutenção nos bloquetes. O Vereador **Lucas solicita um aparte e diz:** Se forem indicados pontos

específicos em cada bairro, seria importante incluir também a Rua Primavera, onde fica a bicicletaria do Romeu. A situação lá também precisa de reparos, então seria interessante que esse trecho fosse incluído no mapeamento das vias que necessitam de manutenção. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva requer o que segue: a)** Que seja providenciada poda de árvores e roça dos matos nas margens das estradas do bairro rural conhecido como Cana do Reino; Não é necessário cortar as árvores, mas os galhos precisam ser podados ao longo de toda a extensão da estrada, pois há muita vegetação acumulada. Além disso, há trechos com mato alto que também precisam ser roçados, garantindo mais segurança e melhor visibilidade para quem transita pela região. O Vereador **Marcos Alexandre solicita um aparte e diz:** Sobre essas árvores na estrada da Cana do Reino, vou ser sincero: já desanimei de pedir. Já solicitei várias vezes, ao ponto de me sentir até envergonhado, porque a máquina já esteve lá e podia ter feito o serviço, mas não fizeram. A máquina grandona poderia ter sido utilizada para quebrar os galhos e dar uma recuada na estrada, mas não aconteceu. Já fiz esse pedido muitas vezes, e acho que até enviei requerimento, embora não lembre exatamente. O pessoal da região é testemunha de que liguei várias vezes na frente deles para solicitar a poda, mas até agora nada foi feito. O Vereador **Lucas Guilherme diz:** Que bom que o senhor está dando esse testemunho, para que a população possa ver a dificuldade que enfrentamos com a Prefeitura, até mesmo o vereador Marcos Alexandre, que é da base do prefeito, passa por obstáculos. **b)** Que seja providenciada limpeza rotineira do Cemitério Municipal, tendo em vista cacos de pisos espalhados pelo cemitério, bem como lixo próximo à entrada há vários dias; Agora, quero falar sobre o cemitério municipal, que já gerou muitas reclamações entre os vereadores. O Dr. Douglas já expôs aqui uma situação difícil que enfrentou no local, e a presidente complementou sua fala, destacando problemas que ainda persistem. Os cacos de piso estão espalhados por diversos túmulos, não apenas um, e não há como apresentar todas as imagens agora, pois isso poderia atrasar a reunião. Além disso, há sacos de lixo acumulados na porta do cemitério há dias, causando mau cheiro justamente na entrada principal. Recentemente, conversei com uma cidadã notória de Cabo Verde, que esteve no cemitério para visitar o túmulo do marido, e ficou triste com as condições do local. É um espaço onde as pessoas vão carregadas de sentimentos, e merecem um ambiente limpo e respeitoso. Portanto, solicito à Prefeitura que faça uma limpeza adequada no local. **c)** Que seja providenciada manutenção em vários pontos das estradas dos bairros Jangada e Morro das Bicas, sendo neste último principalmente próximo ao café do Damásio e a propriedade do Carlos Carvalho; Outro ponto que gostaria de destacar é a necessidade de manutenção em vários bairros, especialmente na Jangada e no Morro Grande. Não sei se Morro Grande é oficialmente um bairro ou apenas um nome popular, mas a situação das estradas lá está crítica, mesmo após a Prefeitura ter realizado melhorias em diversas vias do município. Perto da casa do Damásio e da propriedade do Carlos Tadeu, há muitos buracos, além de pontos onde deveria ser feito o escoamento adequado da água. Tenho certeza de que, se a Prefeitura atender esse pedido, os moradores ficarão muito satisfeitos. **d)** Que seja providenciada manutenção de um poste metálico de luz que está caído ao solo na praça em frente à Prefeitura Municipal e com fiação exposta. Há um poste caído há alguns dias. Se os colegas

observarem, verão que há fios expostos, e essa fiação está eletrocutada. Peço que a Prefeitura tome providências antes que alguém sofra um acidente, principalmente crianças, que podem acabar tocando nos fios desprotegidos. A Prefeitura deve: Remover o poste, isolar os fios, ou dar uma destinação adequada à estrutura, seja reinstalando ou substituindo o equipamento. De uso da palavra a Vereadora **Maísa Renata Batista Gianaini requer o que segue: a)** Primeiramente, solicito que esta Casa Legislativa oficie a Câmara de Botelhos, convidando os vereadores para buscar uma parceria para nosso hospital. Gostaria de transformar essa solicitação em requerimento formal, propondo que a Câmara de Botelhos seja oficiada para uma visita, e que as assessoras agendem essa reunião para a próxima segunda-feira, caso o presidente da Câmara de Botelhos e os vereadores possam nos receber. Assim, o Samuel pode divulgar uma nota informando que, na próxima reunião, estaremos em Botelhos, e realizaremos nossa sessão aqui na terça-feira. **b)** Que o Município de Cabo Verde formalize, junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), o requerimento de manifestação de interesse na instalação de uma Unidade de Atendimento Especial (UAE) no âmbito do Município, nos termos da Resolução TRE-MG nº 1.297/2024 (cujas cópias seguem em anexo); Que seja remetida a esta Casa Legislativa, dentro do prazo regimental, cópia do requerimento encaminhado ao TRE-MG; Caso não tenha sido enviado o requerimento ao TRE-MG, que o Executivo apresente justificativa formal quanto à ausência de manifestação de interesse, informando eventuais impedimentos técnicos, estruturais ou administrativos que motivaram a não adesão à política de descentralização do atendimento da Justiça Eleitoral. A instalação de uma UAE no Município representa importante avanço no acesso da população aos serviços eleitorais, especialmente diante do fato de que Cabo Verde não possui cartório eleitoral instalado, o que dificulta o acesso a serviços essenciais como alistamento, transferência, regularização e emissão de títulos. A UAE poderá assegurar maior inclusão cidadã, comodidade ao eleitor e fortalecimento institucional da Justiça Eleitoral junto à comunidade local. **c)** Que seja encaminhado Ofício de Congratulações ao Padre da Paróquia Nossa Senhora Assunção pela realização da belíssima festa em louvor a São Benedito, a qual aconteceu em novo formato e tudo foi muito bem organizado. De uso da palavra o Vereador **João Paulo de Morais requer o que segue: a)** Requer que seja realizado manutenção no calçamento das ruas do Bairro São Benedito, pois as mesmas encontram-se com muitos buracos e bloquetes soltos podendo ocasionar acidentes com pedestres e veículos que transitam por estas ruas. **b)** Requer que seja realizada manutenção nos bancos existentes na Avenida Prefeito José Romão de Souza, Bairro Chapadão, pois muitos deles encontram-se quebrados e os moradores do local utilizam-se deste espaço e pedem a manutenção dos mesmos com a máxima urgência. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos. Todos(as) se manifestam favoráveis. Todos requerimentos serão enviados em nome desta Casa Legislativa a seus destinatários. Na sequência passa-se a fase de discussão e votação dos Projetos já encaminhados nesta Casa Legislativa. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei Complementar nº 224/2025

que, **PROMOVE A CRIAÇÃO DE AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL- PPA, INCLUSÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDOE TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer:** O Projeto de Lei Complementar nº 224/2025 promove a inclusão da ação orçamentária no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como requisito formal para a execução do auxílio financeiro ao cidadão Bruno Megda. Já o Projeto de Lei nº 2.325/2025 autoriza a abertura de crédito especial no valor de R$ 7.000,00, na Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento Econômico, viabilizando a efetivação do benefício autorizado no Projeto de Lei nº 2.324/2025. A tramitação conjunta de tais projetos encontra fundamento na legislação federal que rege a matéria orçamentária. O Projeto de Lei Complementar nº 224/2025 observa o disposto no art. 165, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, ao adaptar os instrumentos de planejamento público para incluir a nova ação governamental. Já o Projeto de Lei nº 2.325/2025 se fundamenta no art. 40, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, ao autorizar a abertura de crédito especial para atender a despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), com a devida indicação da fonte de recurso, mediante anulação de dotação existente. Ambos os projetos constituem etapas técnicas indispensáveis para viabilizar a execução da política pública aprovada por esta Casa Legislativa, observando os princípios da legalidade, do equilíbrio orçamentário e da transparência fiscal. Dessa forma, as Comissões Permanentes opinam pela legalidade, constitucionalidade e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 224/2025 e do Projeto de Lei nº 2.325/2025. Na sequência submete o referido Projeto de Lei Complementar a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** Como a Auricélia bem disse durante a leitura do Parecer, sou contra esse Projeto de Lei, e quero deixar claro que isso não tem nada contra a pessoa do Bruno Megda. Ele tem se destacado positivamente e é um excelente profissional na área dele, mas acredito que a administração pública deve tomar certos cuidados para evitar má interpretação de uma legislação. Digo isso como advogado e agora como legislador, pois a administração pública deve ser regida por princípios, e um dos mais importantes é o princípio da impessoalidade. Esse princípio fica comprometido quando se coloca o nome de uma pessoa específica na lei, concedendo a ela um benefício financeiro direto, o que, ao meu ver, viola gravemente esse princípio. Se o Projeto fosse destinado à categoria da qual ele faz parte, sem mencionar o nome dele individualmente, seria perfeitamente aceitável. Até porque, senhores, quantos atletas de renome já tivemos em Cabo Verde, e nenhum projeto semelhante foi criado para beneficiar esses esportistas, que poderiam representar nosso município? E mais: muitos desses atletas ainda moram em Cabo Verde, enquanto o Bruno já não reside mais aqui. Por isso, não consigo votar a favor desse projeto, pois para mim, ele representa uma aberração jurídica. Depois, como vereador, seria questionado pela sociedade, por aqueles que esperam uma postura mais técnica e fundamentada em relação a essa questão. A maioria dos(as) Vereadores(as) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei Complementar em discussão. O Vereador Lucas Guilherme da Silva, por sua vez, apresenta voto contrário, por entender que os projetos decorrem de iniciativa que viola o princípio da impessoalidade, uma vez que destinam recursos públicos a pessoa identificada nominalmente, sem previsão de critérios objetivos de

seleção ou processo público de concessão**.** A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei Complementar à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 224/2025, é aprovado pela maioria dos(as) Vereadores(as) presentes, sem emenda, com voto contrário a aprovação do mesmo pelo Vereador Lucas Guilherme da Silva. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer e da emenda aditiva referente ao Projeto de Lei nº 2.324/2025 que, **AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CIDADÃO CABO-VERDENSE BRUNO MEGDA, PARA PARTICIPAÇÃO NA ETAPA INTERNACIONAL DO CAMPEONATO MUNDIAL DE "CUSP TASTERS", A REALIZAR-SE EM GENEBRA, SUÍÇA, NO MÊS DE JUNHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer:** O Projeto de Lei nº 2.324/2025 tem por objeto a autorização para que o Poder Executivo Municipal conceda, em parcela única, auxílio financeiro no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) ao atleta Bruno Megda, campeão brasileiro da competição "Cup Tasters", com a finalidade de viabilizar sua participação na etapa internacional do referido campeonato. A proposta se justifica pela notória relevância do evento, pelo impacto simbólico e institucional que a participação do representante municipal trará à imagem de Cabo Verde/MG, cidade reconhecida por sua tradição na produção de cafés especiais. Durante a tramitação, foi apresentada Emenda Aditiva nº 01/2025, que acrescenta os artigos 3º-A e 3º-B ao projeto, estabelecendo A obrigatoriedade de prestação de contas do auxílio recebido, no prazo de até 30 (trinta) dias após o retorno do evento; A definição de contrapartida institucional, por meio da inserção da logomarca da Prefeitura no uniforme, menções públicas ao apoio recebido e compartilhamento de material para uso institucional. A emenda tem por finalidade reforçar o controle, a transparência e o retorno público da despesa autorizada, em conformidade com o art. 70 da Constituição Federal e o art. 26, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), conferindo maior segurança jurídica e legitimidade à medida. Dessa forma, opinamos pela legalidade, constitucionalidade e aprovação do Projeto de Lei nº 2.324/2025, com a Emenda Aditiva apresentada. O Vereador Lucas Guilherme da Silva, por sua vez, apresenta voto contrário, por entender que os projetos decorrem de iniciativa que viola o princípio da impessoalidade, uma vez que destinam recursos públicos a pessoa identificada nominalmente, sem previsão de critérios objetivos de seleção ou processo público de concessão**.** Na sequência submete o referido Projeto de Lei, com emenda a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. A maioria dos(a) Vereadores(a) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei em discussão, com emenda, com voto contrário a aprovação do mesmo pelo Vereador Lucas Guilherme da Silva. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.324/2025, aprovado pela maioria dos(a) Vereadores(a) presentes, com emenda aditiva e com voto contrário à sua aprovação do Vereador Lucas Guilherme da Silva. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 2.325/2025 que, **AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, COM FINALIDADE DE CEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AO COMPETIDOR CABO-**

VERDENSE BRUNO MEGDA E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer: O Projeto de Lei Complementar nº 224/2025 promove a inclusão da ação orçamentária no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como requisito formal para a execução do auxílio financeiro ao cidadão Bruno Megda. Já o Projeto de Lei nº 2.325/2025 autoriza a abertura de crédito especial no valor de R$ 7.000,00, na Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento Econômico, viabilizando a efetivação do benefício autorizado no Projeto de Lei nº 2.324/2025. A tramitação conjunta de tais projetos encontra fundamento na legislação federal que rege a matéria orçamentária. O Projeto de Lei Complementar nº 224/2025 observa o disposto no art. 165, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, ao adaptar os instrumentos de planejamento público para incluir a nova ação governamental. Já o Projeto de Lei nº 2.325/2025 se fundamenta no art. 40, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, ao autorizar a abertura de crédito especial para atender a despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), com a devida indicação da fonte de recurso, mediante anulação de dotação existente. Ambos os projetos constituem etapas técnicas indispensáveis para viabilizar a execução da política pública aprovada por esta Casa Legislativa, observando os princípios da legalidade, do equilíbrio orçamentário e da transparência fiscal. Dessa forma, as Comissões Permanentes opinam pela legalidade, constitucionalidade e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 224/2025 e do Projeto de Lei nº 2.325/2025. O Vereador Lucas Guilherme da Silva, por sua vez, apresenta voto contrário, por entender que os projetos decorrem de iniciativa que viola o princípio da impessoalidade, uma vez que destinam recursos públicos a pessoa identificada nominalmente, sem previsão de critérios objetivos de seleção ou processo público de concessão**.** Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. A maioria dos(a) Vereadores(a) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei em discussão, sem emenda, com voto contrário a aprovação do mesmo pelo Vereador Lucas Guilherme da Silva. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.325/2025, é aprovado pela maioria dos(a) Vereadores(a) presentes, sem emenda, com voto contrário à sua aprovação do Vereador Lucas Guilherme da Silva. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 2.328/2025 que, **ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.184, DE 10 DE AGOSTO DE 2007, "QUE DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Parecer:** As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cabo Verde, no uso de suas atribuições regimentais, analisaram o Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 2.184, de 12 de dezembro de 2007, a qual dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação. A proposta, de iniciativa do Poder Executivo, visa atualizar a estrutura e o funcionamento do referido Conselho, ampliando sua composição, assegurando a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, além de instituir o Fundo Municipal de Habitação, disciplinando suas fontes de receita e critérios de aplicação. Ressalta-se que as alterações estão em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 11.124/2005, que

institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, especialmente no que tange à gestão democrática, à transparência na aplicação dos recursos e à priorização de famílias de baixa renda. Também observa os princípios e objetivos previstos no Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 044/2008), reafirmando o compromisso do Município com o direito à moradia digna. Não foi verificado vício de iniciativa, nem inconstitucionalidade ou ilegalidade no texto, que se mostra adequado aos preceitos legais vigentes. Diante disso, as Comissões manifestam-se favoravelmente à discussão e votação do projeto em plenário. Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. Todos(a) Vereadores(a) presentes se manifestam favoráveis a aprovação do referido Projeto de Lei em discussão. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.328/2025, é aprovado por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 07/2025 que, **"REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.793, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE VIGILANTES ARMADOS EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE/MG."** **Parecer:** As Comissões manifestam-se favoravelmente à revogação da norma municipal, tendo em vista que a Lei nº 2.793/2025 passou a ser incompatível com o ordenamento jurídico federal vigente, que trata da matéria de forma técnica, exaustiva e centralizada. O art. 40, inciso VIII, da nova legislação federal estabelece, de forma inequívoca, que compete à Polícia Federal aprovar e fiscalizar os Planos de Segurança das instituições financeiras. Assim, não há fundamento jurídico para que o Município mantenha legislação paralela, impondo obrigações técnicas autônomas a esses entes, como exigência de número mínimo de vigilantes ou sanções administrativas, como multa ou cassação de alvará. Ademais, conforme entendimento já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, em se tratando de matéria técnica regulada por legislação federal específica, não cabe ao Município suplementar ou invadir essa competência, sob pena de inconstitucionalidade. Importa ressaltar que a revogação proposta não compromete a segurança da população, uma vez que as instituições financeiras permanecem obrigadas a cumprir plano de segurança aprovado pela Polícia Federal, conforme exigência legal em vigor. Por todo o exposto, as Comissões Permanentes emitem parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 07/2025, por entenderem que a revogação da Lei Municipal nº 2.793/2025 é medida de adequação à legislação federal e de prevenção de futuras ações judiciais e responsabilizações administrativas contra o Município. O Vereador Lucas Guilherme da Silva manifesta-se contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 07/2025, por entender que a Lei Municipal nº 2.793/2025 encontra respaldo em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a competência dos municípios para legislar sobre segurança em instituições bancárias, com fundamento no art. 30, I, da Constituição Federal. Reitera que a presença de vigilantes armados em agências bancárias é medida essencial à segurança do ambiente institucional, protegendo tanto os trabalhadores quanto os usuários, especialmente idosos, comerciantes e demais cidadãos que frequentam

diariamente esses estabelecimentos. Entende que a lei municipal não interfere na atuação da Polícia Federal, mas apenas estabelece um padrão mínimo de proteção local, coerente com a realidade de cidades de pequeno porte como Cabo Verde. Por essas razões, posiciona-se pela manutenção da norma atualmente em vigor, reafirmando o compromisso com a segurança da população e com a autonomia legislativa do Município. Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** O artigo 30 da Constituição Federal, em seu inciso I, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Já o inciso II do mesmo artigo estabelece que o município pode suplementar a legislação federal e estadual, no que couber. Isso significa que o município tem essas competências, e nada impede que ele suplemente a legislação vigente, conforme estabelece a Constituição Federal, sempre que considerar haver omissão em determinada área. Temos um exemplo claro disso aqui na Câmara: houve a aprovação de uma lei municipal obrigando os bancos a colocarem grades de segurança. Se os senhores forem ao Banco do Brasil, ao SICOOB e ao SICREDI, verão que essas grades descem em determinado horário. No caso do Bradesco, elas são manuais, mas existem porque a legislação municipal obrigou a implementação. Ou seja, a Polícia Federal não exige isso, a legislação federal não impõe essa norma, mas o município pode suplementar e garantir mais segurança para a população. Agora, falando sobre o projeto de lei, que provavelmente será revogado, quero explicar o contexto em que ele foi proposto. Eu sou sargento da Polícia Militar da reserva, e todos sabem que segurança pública é uma área de grande importância para mim. Já tivemos em Cabo Verde crimes contra gerentes de banco, como tentativas de sequestro e roubos, e a agência do SICOOB não difere em nada do Banco do Brasil em termos de funcionamento. O SICOOB tem caixa eletrônico, atendentes, caixa presencial, exatamente como o Banco do Brasil, mas enquanto o Banco do Brasil tem três vigilantes armados, o SICREDI tinha dois e depois ficou apenas com um. Mesmo sofrendo crimes, a instituição optou por reduzir a equipe de segurança. Quando apresentei o projeto de lei, eu mostrei vídeos reais aos vereadores e aos gerentes das agências, evidenciando ocorrências onde vigilantes, atuando sozinhos, reagiram e só sobreviveram por milagre, pois em alguns casos, a arma do criminoso falhou. Trouxe critérios técnicos, pois além de sargento da Polícia Militar, sou instrutor de tiro, e sei o risco que um vigilante enfrenta ao trabalhar sozinho em um banco. Os gerentes das agências vieram aqui e pressionaram, mas o dever deles é defender os bancos, não a segurança da população. Eles são cobrados por resultados financeiros, e não estão preocupados com a segurança do município, mas sim com o lucro que as instituições bancárias precisam apresentar. Houve até ameaças de demissões de funcionários e conversas sobre retirar caixas eletrônicos da cidade. Mas o que eu digo e repito: eu pago para ver. Somente o Banco SICOOB, segundo informações enviadas pela própria instituição, teve um lucro líquido de R$ 6.956.777,00 em Cabo Verde no ano de 2024, já considerando todos os custos e despesas. Ainda assim, não há recursos para contratar mais um vigilante? Ou isso representaria uma perda muito grande para o banco? Isso, para mim, é absurdo. Respeito a opinião dos colegas, até porque muitos não têm contato

direto com a área de segurança pública, mas eu sou totalmente contra a revogação dessa lei, principalmente por ter sido um projeto de autoria minha. Falamos anteriormente sobre a possibilidade de discutir um novo projeto de lei, mas até que isso aconteça, se essa lei for revogada, os bancos ficarão descobertos a partir de amanhã. Se a gerente do SICREDI quiser mandar embora o vigilante que contratou, que é de Cabo Verde, ela poderá fazer isso, eliminando um emprego gerado na cidade. Se isso acontecer, vamos ver se realmente vão agir dessa forma. Se ocorrer qualquer crime contra os bancos nesse intervalo, entre a revogação da lei e uma eventual nova proposta, essa responsabilidade eu não carrego, pois tentei garantir mais segurança para nossa cidade. Esse seria o primeiro projeto para melhorar a segurança em Cabo Verde, e por isso sou totalmente contra sua revogação. Além disso, quero deixar um alerta à população que frequenta o Banco Bradesco: vocês estão correndo muito risco ali. O banco mantém filas enormes do lado de fora, sem nenhuma proteção, e o espaço interno da agência é pequeno, sem mínimas condições dignas de atendimento. Os clientes ficam na fila por horas, e há apenas um atendente tentando fazer milagres para atender todos. Portanto, o que aconselho, de coração, é que as pessoas transfiram suas contas para instituições que oferecem um serviço melhor. Hoje, existe portabilidade bancária, até mesmo portabilidade de financiamento. Então, não hesitem em mudar para um banco que realmente atenda suas necessidades. Por tudo que expus aqui, obviamente voto contra esse projeto de revogação. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro diz:** gostaria de destacar que não concordo com a fala do vereador. Peço que não se crie um clima de medo em relação ao projeto, pois antes dele, essa situação já existia e não podemos permitir que isso interfira na discussão. Nossa Casa Legislativa sempre prezou pelo diálogo, e este projeto, que foi tramitado por nove meses, atingiu um bom senso e foi votado na semana passada. No entanto, entendo que houve erro na forma como foi aprovado, possivelmente de maneira apressada, e por isso não temos problema em refazer. Se não deu certo, vamos ajustar e refazer, chamando as instituições financeiras para conversar diretamente conosco. Somos representantes do povo, e precisamos ouvir todas as partes envolvidas, buscando um entendimento que favoreça todos. Por enquanto, sou favorável à revogação do projeto, pois ainda há aspectos importantes a serem discutidos com os bancos. Não estou protegendo ninguém, mas sim propondo que façamos o melhor possível para que essa decisão seja positiva para a população de Cabo Verde. Devemos considerar que, se algum desses bancos decidir sair da cidade, quem perderá será o povo. Há problemas e defeitos que precisam ser corrigidos, e é nosso papel trabalhar para isso, garantindo que todos os lados sejam ouvidos e que a melhor solução seja tomada. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** Sou favorável à revogação dessa lei, pois ela foi aprovada sem o devido debate, sem que tivéssemos consultado os gerentes dos bancos para que pudessem apresentar seus posicionamentos. Também não analisamos diretamente o impacto na população, especialmente para os aposentados, que jamais gostariam que o Bradesco fechasse. Se os clientes estão no Bradesco, no Sicredi ou no Banco do Brasil, é porque estão satisfeitos com os serviços oferecidos. Não podemos pensar apenas na nossa perspectiva, mas sim na comunidade como um todo. O correto teria sido convocar os gerentes e consultar a população, para entender se realmente havia interesse na votação

dessa medida. Os bancos são instituições financeiras, e buscam lucro. Se perceberem que o negócio não é viável, podem optar por sair da cidade, o que seria ruim para a população. Já vimos casos de cidades que perderam bancos, e os aposentados ficaram sem opções. O SICREDI e o SICOOB não realizam pagamento de benefícios previdenciários, e caso o Bradesco saísse, o Banco do Brasil ficaria sobrecarregado, dificultando o atendimento da população. Imaginem se o Bradesco fechar e o Sicredi decidir retirar os caixas eletrônicos, mantendo apenas os serviços contratuais. Isso traria grande prejuízo para os moradores. A segurança é essencial, mas precisamos lembrar que os maiores alvos dentro das agências bancárias são os gerentes e vice-gerentes, pois são eles que lidam diretamente com grandes valores. Às vezes, buscamos soluções sem considerar todas as implicações, mas precisamos ter a visão completa da situação. Se qualquer desses bancos encerrar suas atividades na cidade, será a população que mais sofrerá com isso. Precisamos analisar com responsabilidade antes de tomar qualquer decisão que afete diretamente os moradores. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido diz:** Vou votar favorável à revogação dessa lei, e explico minha posição. Como mencionou o companheiro Luiz Carlos, essa Casa Legislativa voltará a votar uma nova lei sobre segurança bancária. Não considero que essa lei tenha sido votada no susto, como citado pelo vereador Marcos, mas reconheço que faltou planejamento e mais diálogo. O ideal teria sido sentar com os dois lados, ouvindo as instituições financeiras e também a população, para garantir uma discussão mais completa sobre essa questão. Nosso foco sempre deve ser a segurança da população, mas precisamos reavaliar essa legislação para que ela seja realmente eficaz. Hoje, o Banco do Brasil é o único que está adequado à norma, mantendo três vigilantes armados. O Banco SICOOB possuía dois seguranças, mas um foi demitido, e ainda mantém um vigilante na agência. Já o Bradesco argumentou que sua agência é menor, não permitindo a instalação de uma cabine como exigido pela lei. No entanto, o banco não se recusou a discutir medidas de segurança, e sinalizou que está disposto a buscar alternativas. Diante disso, como bem disse Luiz Carlos, essa lei será votada novamente, então vamos estudá-la com atenção, garantindo que a nova proposta realmente ajude a população. Provavelmente, em breve, teremos essa nova votação, e por isso devemos marcar um encontro, sentar e discutir, para elaborar a lei corretamente. Por isso, sou favorável à revogação dessa legislação, para que possamos corrigir falhas e aprimorar o projeto. A maioria dos(a) Vereadores(a) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei em discussão, com voto contrário do Vereador Lucas Guilherme da Silva a sua aprovação. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 07/2025, é aprovado pela maioria dos(a) Vereadores(a) presentes, sem emendas, com voto contrário a sua aprovação do Vereador Lucas Guilherme da Silva. A Sra. Presidente anuncia a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 224/2025, sem emenda, Projeto de Lei nº 2.324/2025 com emenda, Projetos de Lei nºs 2.325 e 2.328/2025, e Projeto de Lei nº 07/2025, sem emendas pela maioria dos(a) Vereadores(a) presentes. A Sra. Presidente indaga ao Vereador Luiz Carlos Ribeiro Líder do Governo nesta Casa Legislativa, se o mesmo gostaria de dar alguma informação a população sobre os

trabalhos do Executivo. O Vereador Luiz Carlos diz que não, pois já falou no momento da palavra livre. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para tratar, para constar, agradece a presença de todos a mais esta Reunião e deixa marcada a próxima para o dia 02 de junho de 2025 ás 19:00 horas. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

João Paulo de Morais	**José Maria Messias**
Juscelino Tereza	**Liamara Pereira Castello Branco**
Lucas Guilherme da Silva	**Luiz Carlos Ribeiro**
Maísa Renata Batista Gianini	**Marcos Alexandre da Silva**
Pedro Sérgio Aparecido	

Observações:_____

_____

ESTE ESPAÇO FICA INUTILIZADO.